

Assembleia-Geral – TRT, JF e TRE

Mobilização pelo encaminhamento do projeto ao Congresso

Quarta – 30/09 – às 15h30min – no TRT (auditório do Pleno - T1)

Os servidores das Justiças Trabalhista, Eleitoral e Federal realizarão novo Ato Público Unificado pela revisão salarial, na próxima quarta-feira [30], às 15h30min, no auditório do Pleno do TRT da 18ª Região. Os servidores discutirão o indicativo de paralisação da categoria para pressionar o STF a encaminhar o projeto de revisão salarial ao Congresso.

Há a expectativa de que esse projeto seja

encaminhado ao Legislativo no início de outubro. Os servidores já realizaram diversas atividades em defesa do nosso Plano de Carreira e da Revisão Salarial e, no Dia Nacional de Lutas, a categoria decidiu discutir o indicativo de paralisação no próximo ato público. Alguns estados começam a aprovar as paralisações. Vamos debater o assunto com os colegas servidores em Goiás. Na ocasião será servido um lanche aos presentes. Participe!

Categoria se mobiliza em todo país e alguns estados discutem indicativo de paralisação

Na semana passada a categoria promoveu manifestações em todo o país em defesa da revisão salarial e do plano de carreira. Na quarta-feira, 23 de setembro, os sindicatos atenderam ao chamado da Fenajufe, conforme calendário aprovado na última reunião ampliada, e promoveram atos públicos, debates nos locais de trabalho, panfletagem e paralisações com o objetivo de pressionarem o STF a encaminhar logo para o Congresso Nacional o projeto de lei que garante o reajuste salarial dos servidores do Judiciário Federal. As manifestações também tiveram o objetivo de cobrar dos tribunais superiores mudanças na proposta, conforme as deliberações da última ampliada.

Nos atos, os dirigentes sindicais [matérias na página da Fenajufe] explicaram à categoria como estão as negociações no âmbito do Judiciário Federal em torno da proposta de reajuste. Na semana passada, o presidente do STF, Gilmar Mendes, encaminhou aos presidentes dos tribunais superiores uma nova proposta, dando como prazo o dia 30/09 para que todos possam apresentar suas sugestões. O ofício, assinado pelo ministro, fala, ainda, sobre uma reunião marcada para o dia 7/10, às 9h, no STF, com o objetivo de discutir o encaminhamento da proposta ao Legislativo.

Nas assembleias, os servidores também avaliaram a possibilidade de deflagrarem greve por tempo indeterminado, caso o Judiciário não encaminhe logo o projeto ao Congresso Nacional e dê uma resposta à Fenajufe até o dia 7 de outubro. Os servidores reivindicam a paridade para os aposentados e pensionistas, o direito de os agentes de segurança receberem a GPT, a continuidade dos debates em torno do plano de carreira; supressão do Artigo 6º; diminuição da diferença salarial atual entre os cargos de auxiliares, técnicos e analista; prioridade no incremento do vencimento básico em relação às gratificações; entre outras reivindicações.

Indicativo de paralisação a partir do dia 7 de outubro

Durante as assembleias realizadas após os atos na quarta-feira, 23 de setembro, os sindicatos reforçaram aos servidores presentes que, no momento, a única alternativa para a categoria é a radicalização do processo de mobilização, avaliando a possibilidade de deflagrar uma greve nacional em defesa da revisão salarial e do plano de carreira. Em alguns Estados, a categoria já decidiu por uma data indicativa, caso o STF não cumpra os prazos sinalizados pelo próprio ministro Gilmar Mendes. Em Goiás, os servidores debaterão o indicativo de greve durante assembleia geral marcada para o dia 30 de setembro, às 15h, na sede do TRT.

Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal já definiram realizar no dia 7 de outubro manifestações e assembleias para votar o indicativo de greve a partir desse dia. A data foi escolhida baseada no ofício encaminhado pelo ministro Gilmar Mendes aos demais tribunais superiores, em que afirma que neste dia haverá uma reunião entre a cúpula do Judiciário para definir o envio do projeto ao Congresso Nacional. Em Santa Catarina a categoria aprovou o indicativo de paralisação para o dia 6 de outubro, por considerar que “é fundamental que os sindicatos de todo o país realizarem as atividades sempre antecedendo as reuniões e decisões da cúpula do Judiciário”.

Na Bahia, os servidores podem paralisar seus trabalhos a partir do dia 13 de outubro, caso o STF não encaminhe o projeto de revisão salarial para o Congresso Nacional. Nos dias 8 e 9 de outubro realizará assembleias setoriais para discutir com os servidores a deflagração da greve. Os outros sindicatos também promoveram manifestações em seus Estados e ressaltam que continuarão mobilizando os servidores. (Fenajufe)

Sinjufego encaminhará Mandado de Injunção ao STF pela revisão geral anual.
Filiados ao Sinjufego não pagam honorários advocatícios nas ações propostas. Garanta seus direitos, filie-se já!